

# Índio quer saber de gastos da Funai

4468  
**Txucarramãe quer demissão de Otávio**

Kátia Aguiar

De nada adiantou a intenção da Fundação Nacional do Índio — Funai — em mandar um negociador tratar com os índios Txucarramãe, do extremo norte do Parque do Xingu. A atitude de recuo do órgão tutelar divulgada ontem pela imprensa, foi tomada tarde demais. Agora, os índios, que exigiam a presença do presidente da Funai naquele local para discutir a respeito da devolução das terras que lhes pertenciam e que hoje estão com fazendeiros, desde que foi construída a BR-080, em 1971, querem a demissão de Otávio Ferreira Lima, apoiados por mais de 300 guerreiros. A informação é de dirigente da própria instituição que por lei deve proteger os índios.

— Os índios não querem mais negociar com Otávio. Não aceitam mais a Polícia Federal na área, motivo pelo qual o contingente de homens que lá estava foi embora. O mesmo aconteceu com o comandante da Polícia Militar, coronel Silvério que deixou a cidade mais próxima ao Parque, São José do Banguê-Banguê, e se dirigiu a Cuiabá, mas foi substituído pelo Major Costa Neto. No entanto, em razão dos ânimos altamente exaltados dos índios, o líder da aldeia Kretire, Megaron, manteve enteadimentos para que todos os policiais deixem a área, disse o membro da Funai.

Segundo ele, a área reivindicada pelos Txucarramãe — que já contam com o apoio expresso de várias tribos do Parque que estão se deslocando para a localidade — é de 118 mil hectares, com 80 títulos de propriedade já emitidos aos fazendeiros pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Para a realização do levantamento de benfeitorias realizadas na área e do valor das indenizações levaria um tempo mínimo de seis meses, que com os trâmites burocráticos de análise e final aprovação pelo Presidente da República pode se estender por muito mais tempo.

Acontece que os índios têm pressa pois há 13 anos — tempo em que por problemas causados pelos fazendeiros 13 peões foram mortos — vêm recebendo promessas de que a situação será resolvida.

Apesar do presidente da Funai ter dito que não iria até a localidade do conflito, porque não agia sob pressão, ter cedido depois em vista dos acontecimentos — mesmo tendo afirmado que não havia verba para as indenizações — e, contudo, os índios terem se decidido por não quererem mais o encontro com ele, a Funai tem como solução apresentada até ontem, apenas a "esperança de que o problema se resolva".

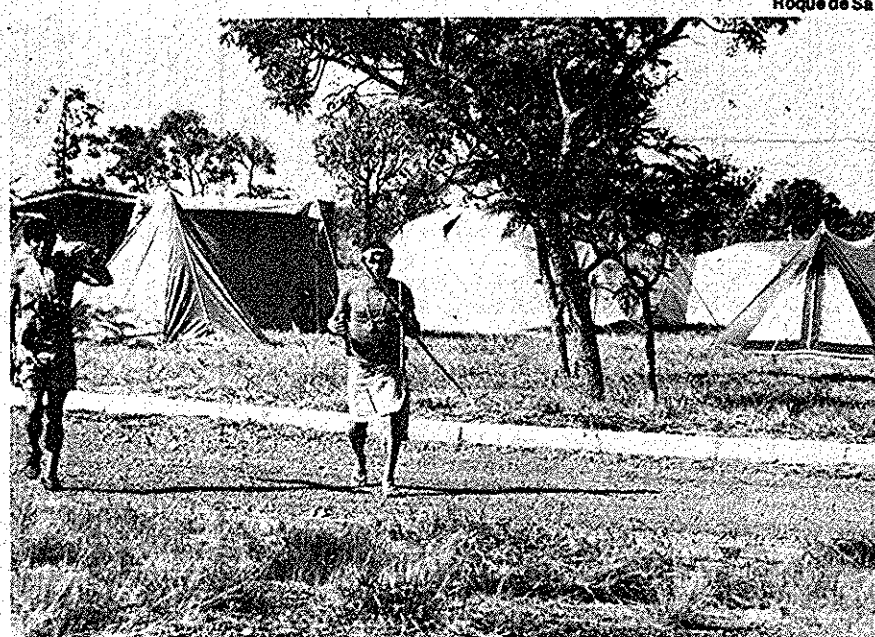
CIMI

O clima no Xingu é inédito. Jornalistas que estiveram na região tiveram que voltar. Para o Conselho Indigenista Missionário "as ações do Governo levaram a agudizar a crise".

— A Funai teve meios, mesmo sem poder indenizar e resolver imediatamente o problema da terra, de evitar um conflito violento. Ela se negou a negociar, se negou ao diálogo proposto várias vezes, alegando que não agia pressionada. Agora a solução que sobra é o uso da força e parece que esse foi o caminho procurado desde o início, pela Funai, como forma de impor uma derrota aos índios e acirrar a hostilidade entre eles próprios e comunidades envolventes, salienta o CIMI.



Reunidos, os índios fazem o relato de suas atribulações



A proporção que vão chegando, os índios armam barracas

## Pataxó, de 83 anos, é hostilizado e passa mal

— Só morro afogado se não conheço o poço.

A citação do índio Pataxó Ha-hãe, Oswaldo Trajano da Silva, foi utilizada para explicar ao presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Otávio Ferreira Lima, que não adianta procurar o delegado regional do órgão, pois ele sequer os recebe, para cobrar a promessa de regularização imediata de 11 mil hectares de terra, dos 36 mil a que os índios garantem ter direito.

A reação de Otávio Ferreira Lima foi violenta, de acordo com o índio. «Meu pai, que é o cacique Pataxó, começou a passar mal. Ele tem 83 anos e sofre de pressão alta. Ele tremia e ficou tão decepcionado com o péssimo tratamento dado pelo presidente da Funai que até desistiu de ficar em Brasília para o Encontro indígena». Além disso, acrescenta Trajano, desde segunda-feira passada, quando chegaram ao DF, eles dormiram ao relento, sem qualquer assistência do órgão tutor.

Anteriormente, o grupo havia sido recebido pelo diretor Carlos Grossi, que também lhes perguntou o que vieram fazer aqui. Disse a eles que quem iria lhes explicar a situação era o advogado da Funai. «E ele repetiu a mesma história que nos contou quando esteve em nossa aldeia. Só acres-

centou que o projeto de regularização da terra tinha sido engavetado e que o problema estava na Justiça».

Decepcionado, o índio Pataxó alertou para o constante perigo de conflito armado com os fazendeiros do Sul da Bahia e disse que os indígenas correm perigo todos os dias. Os fazendeiros, segundo ele, estão unidos e basta ir à vizinha cidade de Pau Brasil para ouvir pelos microfones espalhados nas ruas eles dizerem que «vão nos matar». E o pior, no entendimento de Trajano, é que «a Funai deixa correr como os fazendeiros querem». O índio espera levar do Encontro de Brasília a experiência colhida através do contato com seus «irmãos» de todo o País e talvez um encaminhamento melhor dos sérios problemas que enfrentam.

Para o líder Carlos Karajá, da aldeia São Domingo, no Mato Grosso, a grande vantagem da reunião indígena é a possibilidade de os índios resolverem entre si quais as medidas que deverão adotar para solucionar «a grave situação que atravessam». Ele explica que, depois de muito trabalho, conseguiu que a Funai delimitasse a área que ocupam, mas até hoje não foi feita a demarcação. Eles sofrem também invasões de posseiros e faltam medicamentos e transporte para o hospital da Ilha do Bananal.

José Humberto Fagundes

O que foi que a Fundação Nacional do Índio (Funai) fez com os 15 bilhões e 204 milhões de cruzeiros de seu orçamento de 1983? E o que está fazendo com os 16 bilhões e 306 milhões do orçamento deste ano? Inconformados com o verdadeiro estado de penúria a que estão submetidas várias tribos, líderes indígenas de todo o País, que já começaram a chegar a Brasília para o III Encontro Nacional de Povos Indígenas, na próxima semana, querem respostas diretas a essas perguntas e garantem que vieram à capital federal para assegurar os seus direitos.

De óculos, chapéu de palha, sandália de borracha e um cabo de vassoura na mão, improvisado como bastão, o cacique Antônio Mariano, líder dos 158 índios guajajaras da aldeia Morro Branco, no Maranhão, acha que chegou a hora de dar o grito «Eu vivia abafado, mas o sofrimento de nosso povo é tanto que não guardo mais nada. Tenho de esclarecer a situação pelos outros que, enquanto estamos aqui, ficaram lá na tribo com febre, malária e dor sem nenhuma assistência da Funai».

Ele contou revoltado que a aldeia só dispõe de uma pequena caixa de medicamentos («desse tamanhinho aqui», gesticula exemplificando) e quando o enfermeiro solicita os remédios ao Posto Indígena Bacurizinho começa a burocracia. O pedido vai para a Ajudância e daí para a Delegacia Regional. A comunidade espera e confia só para ser informada depois que a Funai não tem mais verba e, portanto, os índios não terão os medicamentos. Antônio Mariano espera que o Encontro de Brasília possa ajudar também no encaminhamento desse tipo de problema.

Outro líder guajajara, o cacique da aldeia São José, Gentil de Souza, compara irônico: «A Funai promete tanta coisa, açude, poço artesiano, e nossa gente continua sofrendo de sede. O que nós temos lá para beber é pura lama. Deveria ter trazido um litro para os homens da Funai beberem e ver se é bom. São tantas promessas. E como enganar criança com pipoca».

Com um ar desolado, o cacique revela que a única benfeitoria feita no local — um ambulatório — só abriga mesmo uma caixa de marimbondos. Ele sente-se até desmoralizado diante de seu povo, por ser o porta-voz de tantas promessas não cumpridas. «A Funai me faz mentir. A única solução é colocar os índios para dirigirem a Funai», afirma Gentil de Souza, para quem a reunião de Brasília representa a oportunidade de os indígenas defenderem melhor seus direitos.

— Não viemos à capital federal passear. Viemos tratar do nosso futuro, a convite de nosso irmão, o deputado Mário Juruna. Estamos sendo muito maltratados e a situação não pode continuar como está. Índio é que tem de tomar conta da Funai, das delegacias e das ajudâncias — garante o cacique da aldeia Papagaio, Fortunato de Souza Guajajara, líder de 162 índios.

Para resolver a questão das invasões de terra («temos posseiros a nove quilômetros de nossa aldeia»), ele acha que a única solução é obter os títulos definitivos das terras em nome das várias tribos Guajajaras. A área de 81 mil hectares (onde convivem 13 tribos) foi demarcada em 1979, mas as invasões continuaram e os posseiros não demonstram o menor respeito porque os índios não têm os títulos, considera Fortunato de Souza.

Ele recorda inconformado que até o prefeito da vizinha cidade de Grajaú, Mercial Lima de Arruda (PDS), apoia os posseiros. De acordo com o cacique, o prefeito chegou a levar uma queixa à Funai de que os índios estavam brigando com os posseiros, quando tudo o que faziam era cuidar das roças de milho, mandioca, feijão, arroz e inhame, entre outros produtos. Com um olhar inocente, relembra também que, antes das eleições de 1982, Mercial de Arruda «abria os braços para todos e conseguiu 1.500 votos entre os índios, prometendo respeitar os nossos direitos e abrir uma estrada de sete quilômetros ligando a aldeia à cidade. O prefeito não cumpriu nenhuma das promessas».

— Não vou mentir. Nós estamos sofrendo muito e não temos assistência. E nossa obrigação vir a Brasília contar como é precária nossa situação — ressaltou por sua vez o cacique Nicásio Casemiro, da aldeia Guajajara Olho D'Água (96 índios). Ele começou a trabalhar em um projeto sobre as necessidades de sua aldeia em 1982. Depois de submetê-lo à apreciação da Funai, foi informado que só em 1983 o órgão disporia da verba para aplicação. Até hoje, ele aguarda a liberação do dinheiro.